



EDITORA



UnB

# **Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais de Ciências Agrárias**

Reflexões sobre o Programa Residência Agrária

## **Volume II**



N. Cham.: 37.018.523 P912co

Título: Práticas contra-hegemônicas na  
formação dos profissionais das ciências



10455881

Ac. 1035245

v. 2 Ex.2 BCE

### **Organizadores**

Mônica Castagna Molina

Fernando Michelotti

Rafael Litvin Villas Boas

Rita Fagundes

EDITORA



UnB

**Práticas contra-hegemônicas na  
formação dos profissionais das  
Ciências Agrárias  
Volume II**

Reflexões sobre o Programa Residência Agrária

**Organizadores**

Mônica Castagna Molina

Fernando Michelotti

Rafael Litvin Vilas Boas

Rita Fagundes



**Universidade de Brasília**

**Reitora** Márcia Abrahão Moura  
**Vice-Reitor** Enrique Huelva

EDITORA



**UnB**

**Diretora** Germana Henriques Pereira

**Conselho editorial** Germana Henriques Pereira  
Fernando César Lima Leite  
Estevão Chaves de Rezende Martins  
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende  
Jorge Madeira Nogueira  
Lourdes Maria Bandeira  
Carlos José Souza de Alvarenga  
Sérgio Antônio Andrade de Freitas  
Verônica Moreira Amado  
Rita de Cássia de Almeida Castro  
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

---

P912 Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias: reflexões sobre o Programa Residência Agrária : volume II / Mônica Castagna Molina ... [et al.], [organização]. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2017.  
476 p. ; 23 cm.

ISBN 978-85-230-1208-3.

1. Educação do campo. 2. Ciências Agrárias. 3. Residência agrária. 4. Agroecologia. I. Molina, Mônica Castagna (org.).

CDU 63

**Equipe editorial**

Observatório da Educação do Campo  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)  
Centro Transdisciplinar de Educação do Campo - CETEC

**Coordenadora de produção editorial**

Mônica Castagna Molina

**Preparação e revisão**

Sandra Fonteles

**Capa, projeto gráfico, tratamento  
de imagem, produção gráfica,  
vetorização de  
figuras/gráficos/tabelas/quadros,  
diagramação e arte final**

Alex Silva

O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa Observatório da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil.

*Copyright* © 2017 by Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,

2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF

Telefone: (61) 3035-4200

Site: [www.editora.unb.br](http://www.editora.unb.br)

E-mail: [contatoeditora@unb.br](mailto:contatoeditora@unb.br)

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

# Sumário

|                            |    |
|----------------------------|----|
| <b>Prefácio</b>            |    |
| Roseli Salete Caldart..... | 06 |

|  |    |
|--|----|
| <b>Apresentação</b>                      |    |
| As Organizadoras e os Organizadores..... | 17 |

## **BASES TEÓRICAS E EPISTEMOLÓGICAS DO PROGRAMA RESIDÊNCIA AGRÁRIA**

|  |    |
|--|----|
| <b>Residência Agrária e projeto educativo dos camponeses</b> |    |
| Clarice Aparecida dos Santos.....                            | 28 |

|  |    |
|--|----|
| <b>Agroecologia: uma contribuição camponesa à emancipação humana e à restauração revolucionária da relação metabólica sociedade-natureza</b> |    |
| José Maria Tardin e Dominique Michèle Perioto Guhur.....   | 44 |

## **EIXO 1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, TERRITÓRIOS CAMPONESES E ORGANIZAÇÃO SOCIAL**

|   |     |
|---|-----|
| <b>Educação do Campo e democracia: a experiência do Curso “Residência Agrária – Matrizes Produtivas da Vida no Campo” da Universidade de Brasília</b> |     |
| Beatriz Casado Baides, Geraldo José Gasparin, Luiz Henrique Gomes de Moura,<br>Rafael Litvin Villas Bôas e Marco Antonio Ribeiro Baratto.....         | 102 |

|  |     |
|--|-----|
| <b>Construção compartilhada de saberes: a experiência do NEEPA</b>                     |     |
| Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Andrea Machado Camurça e Lígia Alves Viana..... | 128 |

|   |     |
|---|-----|
| <b>Ressignificando resistências e apontando caminhos: IALA Amazônico e Residência Agrária</b> |     |
| Fernando Michelotti, Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa e Elenara Ribeiro da Silva.....            | 146 |

|  |     |
|--|-----|
| <b>Uma entrada pela fresta: reflexões sobre a Pós-Graduação Residência Agrária na Universidade Federal do Pará</b> |     |
| Sônia Barbosa Magalhães e Laura Angélica Ferreira.....   | 176 |

|  |     |
|--|-----|
| <b>Estratégias pedagógicas na articulação entre teoria e prática no Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais do Campo – Residência Agrária (UFG/Regional Goiás)</b> |     |
| Erika Macedo Moreira, Ana Cláudia Diogo Tavares, Janaina Tude Sevá e<br>Raniele Caroline de Sousa.....   | 192 |

## **EIXO 2 MATRIZES TECNOLÓGICAS**

|  |     |
|--|-----|
| <b>Processos históricos e inovações tecnológicas no semiárido brasileiro</b> |     |
| Jonas Duarte.....  | 218 |

|   |     |
|---|-----|
| <b>Das sementes aos frutos: a experiência do Curso de Especialização em Extensão Rural Agroecológica e Desenvolvimento Rural Sustentável – Residência Agrária/UFC</b> |     |
| Ivana Leila Carvalho Fernandes, Diana Mendes Cajado, Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo e Daniel Albiero.....  | 242 |

|   |     |
|---|-----|
| <b>Arte, cultura e Educação do Campo no Centro de Ciências Agrárias: o confronto com o instituído</b> |     |
| Maria Inês Escobar da Costa.....  | 264 |

|  |     |
|--|-----|
| <b>Residência Agrária - Sergipe: semeando a agroecologia e a soberania alimentar</b> |     |
| Rita Fagundes, Andhressa Araújo Fagundes e Amaury da Silva dos Santos.....           | 288 |

### **EIXO 3 AGROECOLOGIA, SAÚDE, FEMINISMO, SEMENTES E O PROCESSO DE GERAÇÃO DA VIDA**

|   |     |
|---|-----|
| <b>Mulheres camponesas e quintais: anúncio de esperança e (re)existência para a vida planetária</b>                       |     |
| Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Andrea Machado Camurça, Lígia Alves Viana e Karla Karolline de Jesus Abrantes..... | 312 |

|   |     |
|---|-----|
| <b>O protagonismo das mulheres no Residência Agrária da UnB: um despertar feminista</b> |     |
| Adriana Fernandes Souza e Charlotte Emanuele da Silva Sousa.....                        | 332 |

|  |     |
|--|-----|
| <b>Diálogo entre segurança alimentar, saúde e agroecologia: uma experiência de pesquisa e extensão do Curso de Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe (UFS)</b> |     |
| Andhressa Araújo Fagundes, Rita Fagundes, Tatiana Canuto Silva e Josefa Adriana Leal.....  | 348 |

### **EIXO 4 FEIRAS DA REFORMA AGRÁRIA, AGROECOLOGIA E RELAÇÃO CAMPO E CIDADE**

|  |     |
|--|-----|
| <b>Feiras da Reforma Agrária: uma ferramenta para a organização produtiva e para o fortalecimento da soberania alimentar</b> |     |
| Bárbara Loureiro Borges e Fábio Ramos Nunes.....   | 374 |

|  |     |
|--|-----|
| <b>Feira dos Produtores Rurais de Parauapebas/PA: produção e circulação de alimentos como temática de estudo no Residência Agrária</b> |     |
| Haroldo de Souza, Fernando Michelotti e Ayala Lindabeth Dias Ferreira.....   | 394 |

|   |     |
|---|-----|
| <b>A construção de dados sobre a inserção dos agricultores assentados no PNAE</b> |     |
| Marcela Medeiros de Castro e Débora Franco Lerrer.....                            | 410 |

|  |     |
|--|-----|
| <b>As Feiras Nacionais do MST e a Reforma Agrária Popular</b>                |     |
| Ana Manuela Chã, Carla Tatiane Guindani, Daniel Mancio e Andrea Matheus..... | 428 |

|  |     |
|--|-----|
| <b>Posfácio</b>                          |     |
| As Organizadoras e os Organizadores..... | 447 |

|  |            |
|--|------------|
| <b>A respeito das Organizadoras e Organizadores.....</b> | <b>463</b> |
|--|------------|

|                                    |            |
|------------------------------------|------------|
| <b>A respeito dos Autores.....</b> | <b>467</b> |
|------------------------------------|------------|

# EIXO 2

# MATRIZES TECNOLÓGICAS

**Processos históricos e inovações tecnológicas no semiárido brasileiro**

*Jonas Duarte*

**Das sementes aos frutos:  
a experiência do Curso de Especialização em Extensão Rural  
Agroecológica e Desenvolvimento Rural Sustentável –  
Residência Agrária/UFC**

*Ivana Leila Carvalho Fernandes, Diana Mendes Cajado,  
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo e Daniel Albiero*

**Arte, cultura e Educação do Campo no Centro de Ciências  
Agrárias: o confronto com o instituído**

*Maria Inês Escobar da Costa*

**Residência Agrária – Sergipe: semeando a agroecologia  
e a soberania alimentar**

*Rita Fagundes, Andhressa Araújo Fagundes e Amaury da Silva dos Santos*

# Processos históricos e inovações tecnológicas no semiárido brasileiro

Jonas Duarte<sup>1</sup>

## Introdução

A Universidade Federal da Paraíba, em parceria com o Insa (Instituto Nacional do Semiárido), estruturou curso de Pós-Graduação em nível de Especialização nos moldes de uma Residência Agrária, financiado pelo Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), mediante o Edital 26/2012 do CNPq.

O curso foi direcionado para assentados da Reforma Agrária e para técnicos de assistência técnica do Incra, assim como para educadores atuantes em áreas de Reforma Agrária e comunidades camponesas do semiárido brasileiro.

O objetivo principal era compreender a formação sócio-histórica do semiárido brasileiro, de forma a colaborar na superação do estereótipo hegemônico de que os graves problemas de cunho socioeconômico e ambiental nesse território se devem a suas condições edafoclimáticas.

O curso se desenvolveu a partir dos preceitos da Educação do Campo, utilizando-se da Pedagogia da Alternância, e foi realizado em quatro etapas com a participação inicial de 60 e a conclusão de 55 educandos de comunidades rurais e assentamentos da Reforma Agrária de seis estados de todo o território semiárido brasileiro.

O curso produziu 55 monografias com estudos diversos sobre a realidade do território e de práticas realizadas no uso de técnicas e tecnologias

<sup>1</sup>Professor do Departamento de História da UFPB. Graduado em História (UFPB). Mestre em Economia Rural (UFPB). Doutor em História Econômica (USP). Coordenador da Residência Agrária: Especialização em Processos Históricos e Inovações Tecnológicas no Semiárido.

de convivência com o semiárido. Tais técnicas e tecnologias foram aplicadas em 14 comunidades desse vasto território, numa intervência universitária participativa na elaboração de conhecimentos. Produziu-se uma consciência nova sobre o semiárido a partir da perspectiva de convivência com a região em sua plenitude, seja em seus aspectos produtivos, culturais, educacionais, seja no aspecto ambiental. Esse novo olhar para o território é o que denominamos de produção de um conhecimento contextualizado no semiárido brasileiro em sua história, geografia, cultura, economia, sociedade, enfim, é vislumbrar o semiárido com seus desafios, possibilidades e potencialidades, exigindo novas reflexões.

O território semiárido brasileiro foi submetido historicamente a um processo de dominação oligárquica, que estruturou uma sociedade de intensa concentração econômica e grandes desigualdades sociais, base de uma estrutura fornecedora de mão de obra para o processo de formação econômica nacional.

Nesse contexto, produziu-se uma educação colonizada e colonizadora, fomentando estereótipos e imagens distorcidas sobre a realidade. Se a educação formal carregara essa marca distante da realidade e do processo histórico econômico e social do semiárido, o foco desse processo ocorria na educação voltada para o campo e para o campesinato da região.

O curso **Processos Históricos e Inovações Tecnológicas no Semiárido** procurou abordar sob outra perspectiva esse processo histórico e iniciar assentados da Reforma Agrária e técnicos de assistência que atuam nessa área para os desafios da realidade do semiárido brasileiro.

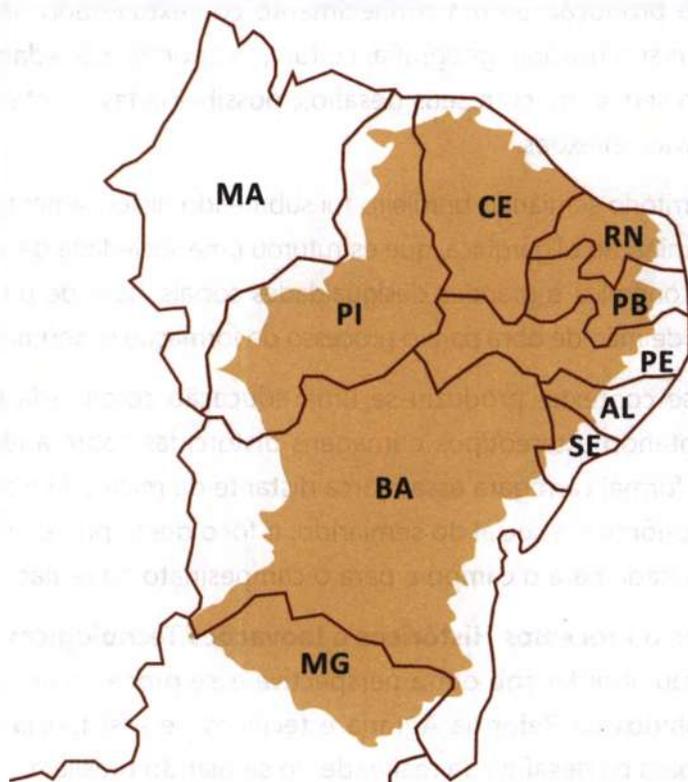
## O semiárido visto do lado de cá

A demarcação atual do semiárido brasileiro (SAB) foi estabelecida pela Lei Complementar nº 125, de 2007, considerando basicamente os seguintes critérios:

1. Precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 mm;

2. Índice de aridez entre 0,2 e 0,5, calculado entre 1961 e 1990;
3. Risco maior que 60% de estiagem, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990.

**Figura 1: Território Semiárido Brasileiro (Lei Complementar nº 125/2007)**



Fonte: Disponível em: <<http://www.insa.gov.br>>.

Em sua demarcação física, o SAB alcança área contígua de quase 1 milhão de km<sup>2</sup>, com uma população aproximada de 24 milhões de habitantes, contendo 1.135 municípios, na sua imensa maioria com menos de 50 mil habitantes, dos quais quase 70% apresentam IDH "baixo". Menos de 1% desses municípios apresenta IDH "alto"<sup>2</sup>

<sup>2</sup>Informação disponível no site do Instituto Nacional do Semiárido: <<http://www.insa.gov.br>>.

. O SAB abrange oito estados situados na região Nordeste, além do norte de Minas Gerais. Por sua diversidade edafoclimática (e mesmo sociocultural) vivenciada nesse imenso sertão, poderíamos afirmar que são vários semiáridos formando essa extensa unidade territorial.

Do ponto de vista de sua formação sócio-histórica e cultural, o semiárido brasileiro se inscreve como a expressão aguda das contradições brasileiras, seja quanto à desigualdade social, seja como sintoma evidente das desigualdades regionais. Durante anos, a literatura especializada procurou culpabilizar as condições climáticas e geográficas ou até mesmo étnico-raciais por essas desigualdades. A impressão é de que se buscou olvidar, omitir a própria formação histórica local e seu papel determinante na organização social brasileira como causa básica dessas condições.

Na região se estruturou uma sociedade arcaica, dominada por oligarquias rurais, donas de latifúndios e de podres poderes coronelísticos, patriarcais, ultraconservadores, cumprindo o papel de expulsar braços e cérebros para alimentar o processo urbano-industrial-dependente desenvolvido sobretudo no centro-sul brasileiro. Vitor Nunes Leal denunciou essa estrutura já em 1946 em seu clássico "Coronelismo, Enxada e Voto". Ruy Facó, com o seu magnífico "Cangaceiros e Fanáticos" de 1963, e muitas outras obras clássicas da história social e econômica brasileira desmentem essa ideia que aponta como razões do chamado "atraso" do sertão semiárido brasileiro as condições climáticas.

É importante destacar as contribuições fundamentais de Josué de Castro, com seu "Geografia da Fome", e de José Guimarães Duque, que abordou a vegetação xerófila e a dinâmica hídrica na região, como bases fundamentais para uma interpretação crítica do SAB. De forma complementar, com narrativas de experiências e na construção militante de outra percepção do semiárido brasileiro, torna-se fundamental a obra já clássica de Roberto Malvezzi, "Semi-árido: uma visão holística". Como referências significativas para a compreensão das desigualdades regionais e especificamente o papel do Nordeste na divisão social do trabalho no Brasil, elencamos como importantes abordagens a do economista e planejador Celso Furtado, sob influência do pensamento keynesiano e entusiasta das teses desenvolvimentistas, assim como as teses

de Francisco de Oliveira, de tradição marxista, que aplica o arcabouço teórico do desenvolvimento desigual e combinado como base explicativa da questão regional nordestina, especialmente do semiárido brasileiro.

Celso Furtado foi um dos mais importantes estudiosos da realidade nordestina e dos sertões semiáridos do Brasil, sua obra tornou-se referência básica e suas teses são fundantes. Enquanto Francisco de Oliveira explicitava teoricamente o Nordeste como espaço necessariamente arcaico do desenvolvimento capitalista nacional, Furtado não temia asseverar que o problema do Nordeste, especialmente o do semiárido, eram suas “classes dominantes” e o papel do SAB e do Nordeste na divisão nacional do trabalho. Foi ainda Furtado o principal planejador de políticas públicas para a promoção de um desenvolvimento socioeconômico, científico e cultural para a região.

Se Francisco de Oliveira, em seu “Elegia para uma Re(li)gião”, confirmava as teorias marxistas para compreender as desigualdades regionais brasileiras e o processo de formação histórica e cultural da região Nordeste, Celso Furtado adentrava os movimentos do capital, da força de trabalho e de seus fluxos internos para traçar políticas públicas eficazes no combate a essas desigualdades, considerando possível combatê-las no marco do sistema capitalista.

Furtado diagnosticava como causa fundamental do dito “atraso” do semiárido a fuga de capitais, braços e cérebros para outras regiões em busca de uma vida melhor. A razão dessa emigração seria a estrutura socioeconômica aqui fundada, economicamente insustentável e socialmente excludente. Como proposta, sugeria estancar a fuga de capitais, estimulando o capital a investir na região e promover o desenvolvimento da indústria local, da agricultura familiar e um forte setor de serviços, contemplando um audacioso programa de desenvolvimento científico e tecnológico, contextualizando as possibilidades e potencialidades específicas com os recursos naturais e humanos do semiárido. Por isso e para isso, pensou e criou a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) como mecanismo para alterar a estrutura social e política do lugar.

Contra a essência do pensamento de Celso Furtado, que imaginou um processo de industrialização para irrigar de capitais a região, retirar da

fome milhões de nordestinos, democratizar o acesso à terra e assegurar o mínimo necessário aos pobres do campo e das cidades no Nordeste, a mesma Sudene emergiu sob a ditadura como instrumento da manutenção das estruturas econômicas de desigualdades e o *status quo* sociopolítico da região e do semiárido brasileiro. Tal estrutura foi agravada nos anos 80 e 90, quando o Nordeste e o semiárido foram à bancarrota total, levados pela gravíssima crise econômica dos anos 80 e as políticas de ajustes neoliberais dos anos 90, que penalizaram fortemente a agricultura familiar e, em consequência, toda a economia regional.

O esvaziamento e o fechamento de órgãos públicos federais constituídos ao longo do século XX, que bem ou mal fomentaram investimentos no Nordeste, a exemplo da Sudene, Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) e Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), transformaram a paisagem do Nordeste. A região ganhara no período desenvolvimentista *status* de "região problema", que merecia o olhar atento do governo federal no sentido de incrementar infraestrutura nas áreas de energia, transporte, agricultura e crédito, mas durante a crise dos anos 80 e o arrocho neoliberal dos anos 90 sofreu o fim dos investimentos e o abandono total pelo poder público. O resultado foi uma emigração populacional sem precedentes, algo em torno de cinco milhões de nordestinos abandonaram a região, caracterizando em pouco tempo um fluxo migratório descontrolado, ao tempo em que as metrópoles regionais incharam, mais ainda as do Centro-Sul brasileiro, onde se concentra o parque industrial e de serviços nacionais.

O fechamento/esvaziamento do Dnocs, da Sudene e de vários bancos estaduais, o enfraquecimento do BNB e outras medidas de cunho neoliberais transformaram, do ponto de vista da política pública governamental nacional, o semiárido brasileiro numa espécie de deserto humano, de cemitério de fazendas. Os volumosos recursos destinados às grandes fazendas de algodão e de pecuária nos sertões nordestinos, entre os anos 60 e 70, sumiram na poeira da devastação ambiental provocada por esses investimentos e

nas dívidas impagáveis nas carteiras agrícolas do BNB e do Banco do Brasil, ancoradas por seus fazendeiros beneficiários. Era esse o quadro da região semiárida entre o fim do século XX e o alvorecer do século XXI.

A eleição do Presidente Lula em 2002 permitiu restituir à região novos projetos de desenvolvimento econômico. Se o semiárido era visto até então como espaço da miséria, fome e do desespero social, a partir do Governo Lula passou a ser visto como espaço possível de desenvolvimento socioeconômico, tendo como base para esse crescimento a acessibilidade ao consumo da população de baixa renda local, composta sobretudo de agricultores familiares e habitantes humildes de pequenas cidades. Como aspecto contraditório do período dos governos petistas, tornou-se também espaço de investimentos do agronegócio. Ao tempo que emergia como uma região apta ao desenvolvimento de uma economia baseada no consumo básico, de uma economia tida como marginal, periférica, que provesse a população local de alguns bens de primeira necessidade historicamente negados, também virou espaço de atração para megaempresas de capital intensivo e alta complexidade tecnológica.

No território semiárido, permanecem escassas as indústrias e o setor de serviços restringe-se a um frágil comércio. Predominam na economia dos pequenos municípios espalhados no semiárido as pensões e aposentadorias, majoritariamente do Fundo Rural, além dos empregos públicos municipais. Essas duas fontes de renda ainda são importantes locomotivas econômicas dos municípios do SAB. Saliente-se que passou a desenvolver importante papel econômico também nesse universo o Programa Bolsa Família, beneficiando mais de 3,4 milhões de famílias em 2012.

Nesse território, embora uma leitura fria dos dados do IBGE possa nos conduzir à percepção de que 55% da população é urbana, necessário se faz destacar que a grande maioria desses aglomerados (67%), definidos como urbanos pelo IBGE, tem menos de 20 mil habitantes, dando à atividade rural uma importância muito maior do que pode aparecer na dicotomia simplista e inapropriada entre o urbano e o rural. Grande parte dessa população considerada “urbana” no semiárido brasileiro ainda trabalha, vive e se identifica culturalmente como rural, portanto camponesa.

Estudo recente apresentado por Tânia Bacelar e Maria Lucila Bezerra, sob o título "As concepções contemporâneas de ruralidade e suas singularidades no Brasil" (BEZERRA; BACELAR, 2013), aproxima-se mais de uma leitura correta da realidade, apontando que, no geral, a principal atividade econômica produtiva no SAB ainda está fortemente ligada ao universo rural, à agropecuária.

Conforme nos indica o Plano Safra para o Semiárido 2013/2014 do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a região possui 32% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, sendo 89% de agricultura familiar. Portanto, a base da agricultura do semiárido é a Agricultura Familiar Camponesa. Grande parte dessa agricultura ou viver camponês realiza-se em assentamentos da Reforma Agrária, em antigas fazendas falidas pelo modelo Sudene/BNB implantado pela ditadura.

Nos últimos anos, houve uma série de iniciativas por parte do Governo Federal que tem efetivamente melhorado as condições sociais no semiárido brasileiro. No entanto, o que destacamos como mais importante na região nos últimos 13 anos é o conjunto de ações de grande relevância e pleno êxito conduzido por organizações da sociedade civil numa perspectiva coletiva e participativa, contando com o apoio de organizações não governamentais e movimentos sociais de cunho popular atuantes na região, estruturados em organizações tradicionais ou em rede que, a nosso ver, impactaram positiva e decisivamente as condições socioeconômicas e culturais no semiárido brasileiro. Destacamos, nesse contexto, a Articulação do Semiárido (ASA), que reúne diversos organismos com o propósito de mobilizar as comunidades rurais, ouvi-las e empoderá-las, permitindo o desenvolvimento de diversas técnicas e tecnologias sociais adaptadas às condições do semiárido sob o conceito fundamental de Convivência com o Semiárido. O conceito e a tessitura das ações da ASA não podem ser descolados dos princípios pedagógicos da Educação Contextualizada.

No seio dos movimentos sociais do campo, percebe-se o avanço substancial na compreensão das tarefas urgentes que se exigem das populações do semiárido para prover a superação dos graves problemas sociais historicamente vividos por sua população.

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e vários outros movimentos sociais do campo configuraram suas atuações no semiárido brasileiro tendo como objetivos fundamentais assegurar o acesso à terra, à água, educação, moradia e uma produção sob os princípios da agroecologia, bases essenciais para se erguer o bem viver nessas terras. São conceitos básicos contidos no rol da Educação do Campo contextualizada no semiárido.

Desse modo, acreditamos que as diversas e eficazes tecnologias de convivência com o semiárido têm grande importância para o desenvolvimento territorial na perspectiva transformadora dos movimentos sociais do campo atuantes na região. No entanto, sua aplicabilidade prática só terá êxito se for permitido o acesso à terra, chão fundamental para o desenvolvimento de qualquer tecnologia ou equipamento científico. Há, portanto, a consciência lapidar desses movimentos e dos estudiosos sobre o que é fundamental para o desenvolvimento do semiárido hoje no Brasil: a Reforma Agrária. Também há que se conquistar a democratização das águas e do poder político e econômico. Nessa perspectiva, esses movimentos sociais que atuam em comunidades camponesas tradicionais ou em assentamentos da Reforma Agrária pautam a questão da formação, da educação, como fundamental para a plena realização da conquista da terra. Hoje são centenas de assentamentos e acampamentos rurais em territórios do semiárido brasileiro na luta pela terra, por uma educação contextualizada, por tecnologias sociais compatíveis com as condições do semiárido, para assim se produzir uma Reforma Agrária Popular.

A sociedade civil tem-se reestruturado e retomado processos organizativos sob novas configurações, novos conceitos, novas propostas socio-produtivas, culturais e políticas. A sociedade sertaneja, camponesa, passa a se organizar em outra lógica. O paradigma central que conduziu às políticas públicas no semiárido por anos, políticas de combate às secas, passa a ser substituído por políticas de convivência com o semiárido, valorizando sua geografia, seu clima, sua vegetação, seu povo, com seus saberes e fazeres seculares. Esse paradigma respeita o grande acúmulo de conhecimento e de

estratégias de conviver com e naquelas condições, dando sentido e valorizando sua ecologia, seus biomas, seus saberes populares, suas diversidades culturais e suas formas de vida e de se relacionar com a natureza. Vislumbram-se projetos de desenvolvimento de vida nessas terras sob outra lógica, outros paradigmas, outros valores, numa visão em que se vincula o desenvolvimento material ao desenvolvimento sociocultural. Dito de outra forma: um jeito de prover a vida tomando em conta novos valores culturais, novas formas de integração comunitária, de produção material, em que o bem viver esteja acima da equação desenvolvimento econômico, progresso, ordem, consumo. Consideramos essas práticas de Educação Contextualizada.

## **O curso de Residência Agrária “Processos Históricos e Inovações Tecnológicas no Semiárido”**

O curso foi mais um dos promovidos pelo Pronera na Paraíba e, nessa oportunidade, nos moldes de uma **Residência Agrária**, conceito da Educação do Campo que indica a produção do conhecimento a partir da vivência do cotidiano, do viver camponês. Se a Pedagogia da Alternância propõe uma construção unitária a partir da alteridade Tempo Escola/Tempo Comunidade, o Residência Agrária ousou propor a elaboração/reelaboração do conhecimento a partir dos saberes populares, base da construção de um conhecimento que transforma, que emancipa.

Concluíram o curso 55 educandas e educandos de seis estados que compõem o semiárido brasileiro, camponeses, técnicos e educadores oriundos de assentamentos e comunidades rurais de várias partes dessa “terra seca, mas boa”, como cantou nosso “Patativa”. O curso, com *status* de Pós-Graduação *Lato Sensu* - Especialização, numa parceria entre UFPB, Insa e Via Campesina (MST, MAB, MPA, PJR e CPT), recebeu a denominação de **Processos Históricos e Inovações Tecnológicas no Semiárido**.

Mesmo tendo estudado o desenvolvimento de tecnologias sociais e alternativas de convivência com o semiárido, o fundamental foi a compreensão do processo histórico, a formação histórica dessa sub-região, como o

semiárido brasileiro se posiciona no capitalismo brasileiro, o seu papel na divisão nacional do trabalho e como deve ser a Reforma Agrária para essas partes do Brasil, quais especificidades carregam. O curso abordou a questão do gênero diante da seca, do patriarcalismo histórico sertanejo, as relações de poder nessa parte do Brasil e como esse microuniverso dialoga com o geral. Em síntese, foram esses os temas principais abordados durante o curso e as pesquisas realizadas envolvendo a luta camponesa nos sertões secos do Brasil.

Realizamos, ao longo do curso, o debate histórico, sociopolítico e filosófico, alicerçando os aspectos técnicos e tecnológicos, privilegiando sempre a metodologia do **aprender fazendo** no campo, reunindo camponeses, lideranças de movimentos sociais e professores, construindo e socializando novos saberes.

O curso foi realizado em quatro etapas de Tempo Escola e três etapas de Tempo Comunidade. Nos Tempos Escola, desenvolvemos a Intervenção Universitária, ou seja, a realização de aulas em campo, desenvolvendo práticas para produzir o conhecimento teórico. Nos Tempos Comunidade, os educandos desenvolveram atividades em catorze comunidades no território semiárido, vinculadas aos processos de construção do conhecimento trabalhados nos Tempos Escola anteriores. A construção dessa ponte que possibilitou a permanente interação entre saberes populares, ciência e comunidade foi estruturada por componentes curriculares voltados a essa finalidade. Assim chamamos os componentes Vivenciando o Semiárido I, II e III. Neles eram envolvidos vários pesquisadores acadêmicos, agricultores experimentadores e professores, reelaborando novos conhecimentos a partir das práticas de tecnologias sociais. Por fim, esse encontro de conhecimentos produziu o Seminário de Pesquisa da turma, **Sementes da Resistência Camponesa**, momento em que se apresentaram e se discutiram os novos saberes elaborados.

O curso se beneficiou da experiência e organicidade dos movimentos sociais para estruturar a organização da turma. Em todas as etapas foram formados sete Núcleos de Base que tocaram a organicidade da turma, desde

as questões de logísticas internas até os processos de estudo, consolidação de laços de intercâmbios, formação e elaboração do conhecimento.

No diálogo permanente entre as atividades de estudo nos Tempos Escola, de atuação nas comunidades, além de produção e estruturação do curso, os diálogos, entendimentos, encaminhamentos e tomadas de decisões ocorreram entre a turma, os núcleos de base no qual se organizavam, a Comissão Político-Pedagógica e a Coordenação Geral. A CPP foi estruturada com integrantes dos movimentos sociais indicados para realizar o trabalho de cooperação e acompanhamento com a coordenação em todos os encaminhamentos pertinentes ao curso. A Coordenação Geral tratou também das questões relativas ao projeto em suas dimensões burocrático-administrativas na UFPB, no Insa e no CNPq.

**Figura 2: Estruturação organizacional do curso - 1ª e 2ª Etapas**



Fonte: Elaboradas pela Coordenação Político-Pedagógica

**Figura 3: Estruturação organizacional do curso - 3ª e 4ª Etapas  
Núcleos de Base e Coordenação Político-Pedagógica**



Fonte: Elaboradas pela Coordenação Político-Pedagógica

Mesmo com o desafio de construir um curso de âmbito nacional, numa sub-região gigantesca, com as dificuldades naturais para o processo de construção da Educação do Campo e da necessidade de reelaborar esse processo de conhecimento de forma coletiva, processual, corrente, sem encerrar ciclos, mas sempre operando em novas elaborações, o curso atingiu seu objetivo: "estruturar o processo de construção do conhecimento histórico, sob os preceitos da Educação do Campo Contextualizada nas condições do semiárido brasileiro, propiciando o domínio dos usos de tecnologias sociais sustentáveis na região", conforme estabelecemos no Projeto que concorreu ao Edital do CNPq.

O curso absorveu educandos de nove áreas do conhecimento, a saber: Educação do Campo, Pedagogia, Agronomia, Agroecologia, Serviço Social, Psicologia, História, Geografia e Medicina Veterinária. Estruturou suas experiências de Tempo Comunidade intervindo em catorze comunidades.

**Figura 4: Locais de intervenção do Tempo Comunidade**



Fonte: Agência Nacional de Águas (ANA) Ministério da Integração (MI)

Figura 5: Tipos de intervenção do Tempo Comunidade



Fonte: Elaborada pela Coordenação Político-Pedagógica

O curso especializou 55 educandos, que elaboraram monografias distribuídas em três eixos de conhecimento dentro dos objetivos delineados originalmente:

- 1. Cultura de Resistência e Educação do Campo Contextualizada no Semiárido;**
- 2. Convivendo com a semiaridez: inovações tecnológicas, experiências produtivas e agroecológicas;**
- 3. Reforma Agrária: questões de gênero, resistência e a luta camponesa.**

**Quadro 1:  
EIXO TEMÁTICO 1**

**Cultura de Resistência e Educação do Campo Contextualizada no Semiárido**

| EDUCANDO                                | TÍTULO DA MONOGRAFIA   | ORIENTADOR (A)                  |
|---|--|---------------------------------|
| 1. Alex Lima dos Santos                 | Convivendo e conhecendo o Semiárido: experiências educativas dos sujeitos históricos.  | Ana Célia Silva Menezes         |
| 2. Ângela Pereira dos Santos            | Uma reflexão a partir do ensino implantado na Escola Técnica Dom José Brandão de Castro, Poço Redondo – SE.  | Janaina Ferreira                |
| 3. Edigleuma Coelho da Silva            | Os materiais didáticos e sua influência na Educação do Campo.  | Maurismar Chaves Kong           |
| 4. Elielma Barros de Vasconcelos        | Educação Camponesa: dilemas e desafios para construção de uma proposta pedagógica de Educação do Campo na comunidade Lagoa Grande, Poço Redondo – SE.                          | Sônia Meire Azevedo Jesus       |
| 5. Ivanesa de Souza Brito               | Semente, samba e luta: organização do campeonato quilombola em Várzea Queimada, Caém/BA  | Antônio Alberto Pereira         |
| 6. Jaqueline de Araújo Oliveira Machado | De Projetos de Assentamento Agrícola a Projetos de Vida Comunitários: um enfoque contextual, interativo e ético, a partir do caso do PA Novo Campo, Cariri Oriental Paraibano. | José de Souza Silva             |
| 7. João Muniz da Cruz Filho             | Culturas vivenciadas no Assentamento Novo Horizonte e sua relação com o semiárido brasileiro   | Antônio Alberto Pereira         |
| 8. José Horácio de Siqueira Passos      | Desafios da escola do campo: Centro Educacional Água Azul.   | Maurismar Chaves Kong           |
| 9. José Milson dos Santos               | O papel da escola para o fortalecimento da convivência com o semiárido no Assentamento Retro, Cuité – PB.  | Maria de Socorro Xavier Batista |
| 10. José Ricardo do Nascimento          | Cultura popular como elemento de combate a migração campo/cidade em Caiana dos Crioulos, Alagoa Grande – PB.   | Ana Paula Romão da S. Ferreira  |

|                                 |   |                                |
|---------------------------------|---|--------------------------------|
| 11. Lucas Gebara Spinelli       | Escola do assentamento como ferramenta da transição agroecológica para a convivência com o semiárido: estudo das práticas na Escola Plínio Lemos do Assentamento Zé Marcolino.                              | Álder Júlio César              |
| 12. Márcio Gomes da Silva       | Os aspectos educativos da luta pela terra no assentamento Novo Horizonte: contribuições para Educação do Campo.   | Antônio Alberto Pereira        |
| 13. Maria das Neves Vieira      | Educação do Campo e as Tecnologias Sustentáveis para Convivência com o semiárido: experiências de quintais produtivos e o papel da cisterna de placa na dinâmica do núcleo familiar no Assentamento Retiro. | Antônio Alberto Pereira        |
| 14. Maria Milena Ferreira Lima  | A formação profissional técnica na atuação do manejo sustentável do bioma caatinga na Escola Estadual de Educação Profissional Dom José Brandão de Castro, Assentamento Queimada Grande, Poço Redondo – SE. | Janaina Ferreira               |
| 15. Marineide Maria da Silva    | As práticas educativas no assentamento Novo Horizonte – PB: desafios e contribuições para a Educação do Campo e convivência com o semiárido.  | Antônio Alberto Pereira        |
| 16. Paula Rosângela de Oliveira | Educação para convivência com o semiárido a partir das práticas desenvolvidas na comunidade do Conjunto Beta – CE.  | Paulo Roberto de Sousa Silva   |
| 17. Rafaela da Silva Alves      | Arte e cultura popular como ferramenta de luta camponesa: um estudo sobre a contribuição do fazer teatral do Grupo Raízes Nordestinas na organização e formação da juventude no sertão de SE.               | Antônio Alberto Pereira        |
| 18. Rejane Alves de Lima        | Educação para convivência com o semiárido e a identidade camponesa: um estudo da realidade da Escola José Nazareno, Assentamento Novo Campo, Barra de São Miguel – PB.                                      | Adelaide Pereira               |
| 19. Tiago da Silva Pinto        | Identidade quilombola na Comunidade Caiana dos Crioulo/PB e o papel da educação contextualizada na (re)afirmação da identidade dos povos remanescentes dos quilombos.                                       | Ana Paula Romão de S. Ferreira |

**Quadro 2:**  
**EIXO TEMÁTICO 2**

Convivendo com a semiaridez: inovações tecnológicas,  
experiências produtivas e agroecológicas

| <b>EDUCANDO</b>                    | <b>TÍTULO DA MONOGRAFIA</b>   | <b>ORIENTADOR (A)</b>       |
|------------------------------------|---|-----------------------------|
| 20. Adriano Ramos dos Santos Silva | Diagnóstico da segurança hídrica nos assentamentos do MST na região hidrográfica do Talhado.  | Cláudia Reis                |
| 21. Aluana Maria Barbosa           | Metabolismo social: métodos de produção e relacionamentos sociais do Assentamento Josué de Castro, Ouricuri – PE.   | Janaina Ferreira            |
| 22. Clemilda dos Santos Varelo     | Políticas públicas na questão hídrica.  | Salomão de Sousa Medeiros   |
| 23. Dilei Aparecida Shiochet       | Alimentação animal: a experiência solidária do Assentamento Oziel Pereira, Remígio – PB.  | Alexandre Eduardo de Araújo |
| 24. Elisângela dos Santos Santana  | A cadeia produtiva do caju: uma alternativa de convivência com o semiárido.   | Antonio Calisto Lima        |
| 25. Emmanuel Barbosa da Silva      | Presença da economia moral na convivência com o semiárido: o caso da relação camponesa com sementes no assentamento Retiro, município de Cuité – PB.      | Regina Célia Gonçalves      |
| 26. Erlândia Lourenço Feitosa      | Conservação e reflorestamento das APP no Assentamento Queimada Grande, Poço Redondo – SE.   | Aldrin Perez                |
| 27. Fábio Weber Sousa Costa        | A convivência com o semiárido na Comunidade Lagoa Grande, município de Poço Redondo – SE.   | Geovergue Medeiros          |
| 28. Gilberto Ferreira dos Santos   | Produção e armazenamento de forragem animal no Projeto de Assentamento Oziel Pereira, Remígio – PB.   |                             |
| 29. Gilson Jerônimo dos Reis       | Uso do recurso hídrico no Assentamento Oziel Pereira, Remígio – PB.   | Cláudia Reis                |
| 30. Jeovana Gomes da Silva         | Resgate e levantamento etnobotânico das plantas medicinais e sua utilização no uso de enfermidades em seres humanos e animais no Assentamento Novo Campo. | Francisco Nogueira          |

|                                   |  |                           |
|-----------------------------------|--|---------------------------|
| 31. Maria da Saúde Gomes da Silva | Catologação das plantas indicadoras de fertilidade de solo no Assentamento Irmã Dorothy, Caruaru – PE.                                   | Aldrin Perez Marin-Martin |
| 32. Marta Rodrigues dos Santos    | A água como fonte de vida e desenvolvimento no semiárido baiano.   | Janaina Ferreira          |
| 33. Nilde Nascimento e Silva      | Análises dos sistemas de produção caprina na Comunidade de Brejo de Fora, município de Sento Sé/BA, em condições de semiárido brasileiro | Aldrin Perez Marin-Martin |
| 34. Robson João da Silva          | Tecnologias sociais de convivência com o semiárido, aplicadas ao Assentamento Irmã Dorothy, município de Caruaru – PE.                   | Geovergue Medeiros        |
| 35. Socorro Luciana de Araújo     | Ao redor de casa como espaço para convivência no semiárido.  | Francisco Nogueira        |
| 36. Edson de Jesus Gomes          |  | Antônio Alberto           |
| 37. Eduardo Augusto Freire Rabay  |  | Jonas Duarte              |
| 38. Erasmo Araújo de Lucena       |  | Geovergue Medeiros        |
| 39. Valdenilson de Souza Brito    | Estudar a experiência de transição agroecologia no Assentamento Irmã Dorothy, município de Caruaru – PE.                                 | Francisco Nogueira        |

### Quadro 3: EIXO TEMÁTICO 3

Reforma Agrária: questões de gênero, resistência e a luta camponesa

| EDUCANDO                             | TÍTULO DA MONOGRAFIA  | ORIENTADOR (A)     |
|--------------------------------------|---|--------------------|
| 40. Antonio Clevis Barbosa Rodrigues | O cooperativismo no Assentamento Queimada Grande, Poço Redondo – SE.                  | Mauricio Sarda     |
| 41. Cícera Soares Timóteo            | Os impactos socioambientais causados pela Santana Sementes nas várzeas de Sousa – PB. | Francisco Nogueira |

|  |  |                             |
|--|--|-----------------------------|
| 42. Claudiano José de Souza                    | Os impactos do polo gesseiro nos sistemas produtivos dos camponeses nas comunidades de Sussuarana e Lagoa do Espírito Santo, município de Trindade – PE.                           | Luiz Cunha                  |
| 43. Diógenes Fernandes do Nascimento           | Análise dos impactos do Programa P1+2 no Assentamento Novo Campo, Barra de São Miguel – PB.  | Abrão Ribeiro               |
| 44. Fábio Júnior Fernandes dos Santos          | Povo Indígena Xokó: resistência cultural e a luta pela terra.  | Regina Célia                |
| 45. João Luiz da Silva Filho                   | “Um Quirino, Dois Destinos”  | Fernando Garcia de Oliveira |
| 46. José Cícero da Silva                       | A Reforma Agrária: uma política pública indispensável para a convivência com o semiárido brasileiro.   | José Jonas Duarte           |
| 47. Lenilda Francisca da Conceição Albuquerque | Bodocó – PE, suas origens são indígenas?   | Regina Célia                |
| 48. Maria Eulapaula Martins                    | Os impactos do capital na cultura dos camponeses: colonos/irrigantes do Conjunto Beta, Perímetro Irrigado Icó Lima Campos em Icó – CE.   | Adelaide Gonçalves Pereira  |
| 49. Leomárcio Araújo da Silva                  | Contribuições do Plano Camponês para o semiárido nordestino: proposta do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).  |                             |
| 50. Jozelita Tavares da Silva                  | A participação das mulheres no processo de convivência com o semiárido na conservação das sementes crioulas e a criação de pequenos animais em comunidade do sertão de Pernambuco. | Laetícia Jalil              |
| 51. Luana Barbosa Vidal                        | Relações de gênero em quintais produtivos: um estudo de caso no Projeto de Assentamento Novo Campo.  | Laetícia Jalil              |
| 52. Maria Auxiliadora Dantas                   | O protagonismo das mulheres do Assentamento Novo Campo no município de Barra de São Miguel – PB.   | Kelli Eduarda               |

|                                 |  |                      |
|---------------------------------|--|----------------------|
| 53. Maria da Penha Alves Sergio | Práticas e experiências do saber popular das mulheres sobre as plantas medicinais existentes no semiárido: conservação e recuperação das plantas medicinais no Assentamento Retiro – PB. | Fabiane Rabelo Costa |
| 54. Maria Ivani Dias            | As mulheres do Assentamento Retiro em busca do reconhecimento e da identidade política na construção da solidariedade e da cidadania.  | Laeticia Jalil       |
| 55. Tobias da Silva Pinto       | Resíduos sólidos no Assentamento Novo Horizonte, município de Juarez Távora/PB: diagnóstico e intervenção.   | Álvaro Carlos        |

## Considerações finais

O curso **Processos Históricos e Inovações Tecnológicas no Semiárido** foi inovador em seu conteúdo e em sua metodologia. Aos estudos realizados a partir dos conceitos teóricos da Educação do Campo, reuniu-se amplo arcabouço conceitual de viés marxista para compreender o processo histórico dessa região. Sob a luz da interpretação de que o capitalismo tem seu “desenvolvimento desigual e combinado”, produzindo expansão das forças produtivas de um lado e se beneficiando de formações pré-capitalistas de outro, ofereceu aos sujeitos que o vivenciaram relevantes contribuições para ampliação da compreensão das contradições presentes nesse território e dos desafios à sua superação.

Essa abordagem do Nordeste e do semiárido permite interpretar o discurso de região atrasada e inóspita, assim como compreender a educação praticada nesses rincões anos a fio, absolutamente descontextualizada da realidade e servindo a um processo de perpetuação de subordinações e sofrimento.

Por outro lado, a compreensão da dimensão sócio-histórica do semiárido permite mensurar o papel que as tecnologias sociais e a Educação do Campo, contextualizadas na realidade dessa região, indica-nos com maior segurança o papel do campesinato e, por conseguinte, o papel e o caráter da Reforma Agrária nessa região do Brasil.

A formação do público envolvido com essa temática, com essas referências, é indiscutivelmente necessária ou prioritária para reverter o quadro socioeconômico predominante no semiárido brasileiro há décadas. A produção de 55 monografias de especialistas sujeitos desse debate e nessa construção de conhecimento, sob uma metodologia dialógico-participativa, construtivista, integracionista, é o que assegura apontar o curso como de pleno êxito nos propósitos apontados no projeto inicial.

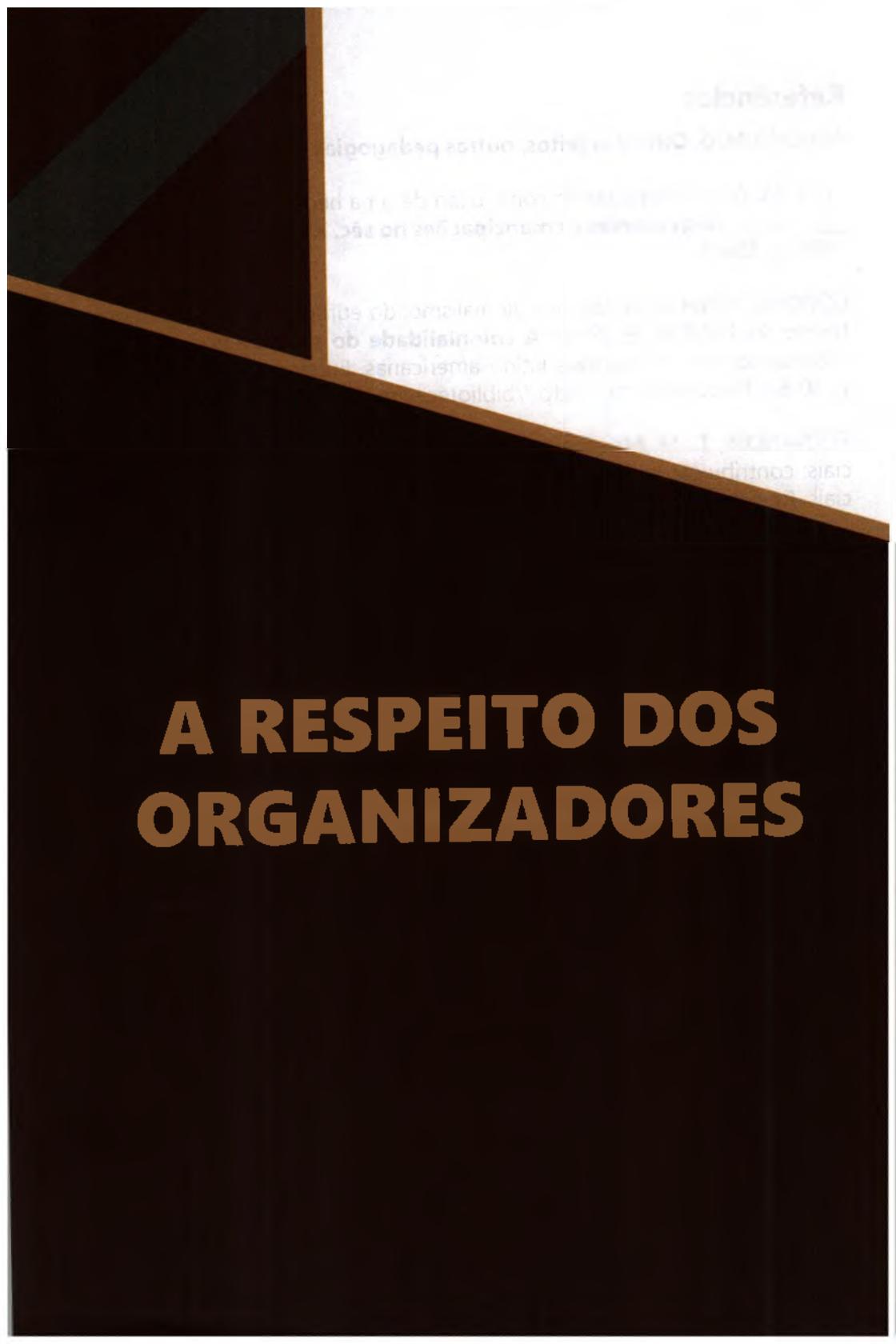
## Referências

- BEZERRA, M. L.; BACELAR, T. As concepções contemporâneas de ruralidade e suas singularidades no Brasil. In: MIRANDA, C.; SILVA, H. (Orgs.). **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília: IICA, 2013. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.21), p. 35-76.
- BUENO, R. J.; SILVA, A. P. Educação para a convivência com o semiárido brasileiro. In: JESINE, E.; BATISTA, M. S. X.; MOREIRA, O. L. (Orgs.). **Educação popular e movimentos sociais**. João Pessoa/PB: Editora da UFPB, 2008.
- CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.
- CASTRO, J. **Geografia da fome - o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática pedagógica**. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).
- FURTADO, C. **A Operação Nordeste**. (Série: textos brasileiros de economia, 5). Rio de Janeiro: ISEB, 1959.
- LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. O município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 1960.
- MALVEZZI, R. **Semiárido - uma visão holística**. Brasília: Confea, 2007.
- MARTINS, J. S. Anotações em torno do conceito de educação para a convivência com o semiárido. In: RESAB - Secretaria Executiva (Org.). **Educação para a convivência com o semiárido: reflexões teórico-práticas**. Juazeiro/BA: Selo Ed. RESAB, 2006.
- MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra 2013/2014**. MDA, Governo Federal.
- MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares. 2. ed. - São Paulo: Boitempo, 2008.
- OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflitos de classe**. 5. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

REIS, E. S. **Educação do Campo e desenvolvimento rural sustentável**: avaliação de uma prática educativa. Juazeiro/BA: Franciscana, 2004.

RESAB - Rede de Educação do Semiárido Brasileiro. **Educação para a convivência com o semiárido**: reflexões teórico-práticas. Juazeiro: Selo Ed. RESAB, 2004.

SILVEIRA, L. et. al. **Agricultura familiar e agroecologia no semiárido**: avanços a partir do agreste da Paraíba. Rio de Janeiro: ASPTA, 2002.



# A RESPEITO DOS ORGANIZADORES

### **Mônica Castagna Molina:**

É graduada em Ciências Jurídicas e Sociais (1989) pela PUC/Campinas, especialista em Políticas Públicas e Governo (1997) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), mestre em Sociologia Rural (1998) pela Unicamp, doutora em Desenvolvimento Sustentável (2003) pela Universidade de Brasília e tem Pós-doutorado em Educação (2013) pela Unicamp. É professora Adjunta da Universidade de Brasília (UnB), da Licenciatura em Educação do Campo, no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural e do Programa de Pós-Graduação em Educação, onde coordena a Linha de Pesquisa Educação Ambiental e Educação do Campo desde 2013. É coordenadora da pesquisa "Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais da Educação e das Ciências Agrárias nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte" pelo Observatório da Educação da Capes (2013-2017). Coordenou o Pronera e o Programa Residência Agrária. Participou da I Pesquisa Nacional da Reforma Agrária, em 2003-2004 (I PNERA) e Coordenou a II Pesquisa Nacional da Reforma Agrária (II PNERA), financiada pelo IPEA, em 2013-2015. Coordenou a Pesquisa Capes/CUBA, no período de 2010-2014. Coordenou a pesquisa "A Educação Superior no Brasil (2000-2006) - Uma Análise Interdisciplinar das Políticas para o Desenvolvimento do Campo Brasileiro", financiada pelo Observatório de Educação da Capes. Integra a pesquisa "Formação Docente e a Expansão do Ensino Superior", na coordenação do Sub 07: Educação Superior do Campo, pelo Projeto Observatório da Educação do Campo da Capes. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Sociologia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação do Campo, Formação de Educadores, Políticas Públicas, Reforma Agrária, Desenvolvimento Sustentável.

### **Fernando Michelotti:**

É graduado em Engenharia Agrônoma (1993) pela Universidade de São Paulo (ESALQ-USP), mestre em Planejamento do Desenvolvimento (2001) pela Universidade Federal do Pará (NAEA-UFPA) e doutorando em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). É Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), vinculado ao Instituto de Estudos do Desenvolvimento Agrário e Regional. Coordenou o curso de especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia/Residência Agrária, em parceria com o IALA - Via Campesina.

**Rafael Litvin Villas Boas:**

Graduado em Jornalismo (2001), mestre em Comunicação Social (2004) e doutor em Literatura (2009) pela Universidade de Brasília. Tem pós-doutorado em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade de São Paulo (2017). Integra os Programas de Pós-Graduação, mestrado Profissional em Artes (Profartes/UnB) e Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe. Coordena os grupos de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais, e Terra em Cena: teatro e audiovisual na Educação do Campo. É coordenador de Extensão da Faculdade UnB Planaltina (FUP) e da Escola de Teatro Político e Vídeo Popular. Desenvolve pesquisas nas áreas de Estética e Política, Cultura, Identidade e Território, e as interfaces entre questão agrária e questão racial no Brasil.

**Rita de Cássia Fagundes:**

É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2005), em Direito pela Universidade Paranaense (2004) e mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2010). Foi coordenadora pedagógica do curso de Pós-Graduação em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe e é integrante do Núcleo de Estudos e Vivências Agroecológicas (EVA-UFS), da Rede Sergipana de Agroecologia (Resea) e da Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia (Renda/CNPq). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

ALBERTO DOS  
AUTORES



**A RESPEITO DOS  
AUTORES**

**Adriana Fernandes Souza:** Licenciada em Educação do Campo e especialista em Residência Agrária pela Universidade de Brasília (UnB). Trabalha com educação popular e teatro político, com a questão negra e da violência contra a mulher. Atualmente é educadora de jovens e adultos no Programa Pro-jovem Campo Saberes da Terra e é integrante da equipe de coordenação política pedagógica do Residência Agrária Jovem - Universidade de Brasília/CNPq. É mestranda da Faculdade de Educação da UnB.

**Amaurly da Silva Santos:** É graduado em Agronomia (1992) e mestre em Fitotecnia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1995), e doutor em Produção Vegetal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2000). Atualmente é pesquisador da Embrapa e coordenador do Núcleo de Agroecologia da Embrapa Tabuleiros Costeiros e integrante da Rede Sergipana de Agroecologia (Resea). Desenvolve atividades com sementes crioulas no estado da Paraíba, conhecidas por Sementes da Paixão. Desenvolve também pesquisas participativas em comunidades e assentamentos de Reforma Agrária, tendo como perspectiva a construção do conhecimento agroecológico por meio da sistematização de experiências agroecológicas e de seu intercâmbio entre agricultores e técnicos.

**Ana Cláudia Diogo Tavares:** Possui graduação em Direito e mestrado em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF), além de doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Foi colaboradora no Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direitos Sociais do Campo, da Universidade Federal de Goiás (UFG). Atualmente é Professora Adjunta do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH) e professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPDH/UFRJ).

**Ana Manuela Chã:** É graduada em Psicologia pela Universidade de Lisboa e mestra em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Unesp). Faz parte da coordenação do Coletivo de Cultura do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Tem experiência na área de psicologia social, cultura e comunicação com ênfase em audiovisual e movimentos sociais.

**Andhressa Araújo Fagundes:** É doutora em Nutrição Humana pela Universidade de Brasília - UnB (2013), mestra em Ciências da Saúde - UnB (2006) e graduada em Nutrição (2002). É especialista em Gestão de Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição, e em Vigilância Alimentar e Nutricional para a População Indígena, pela Fundação Oswaldo Cruz. Atua nas linhas de pesquisa: Nutrição na Atenção Primária à Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, e Educação Alimentar e Nutricional; Pesquisa Qualitativa em Saúde; Políticas e Programas de Alimentação e Nutrição. Atualmente é professora

do Departamento de Nutrição e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição da Universidade Federal de Sergipe (UFS), e Coordenadora adjunta do Observatório de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Sergipe (OSANES).

**Andrea C. Matheus:** Engenheira Agrônoma e mestra em Agricultura Orgânica pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atua no Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST.

**Andrea Machado Camurça:** É graduada em Economia Doméstica pela Universidade Federal do Ceará (UFC), especialista em Segurança Alimentar e Nutricional pela Universidade Estadual do Ceará (UECe) e mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFC). Foi Secretária Executiva da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) e desde 2005 é pesquisadora do Programa Residência Agrária (PRA). Atualmente é Professora Adjunta da Universidade de Brasília, docente da Licenciatura em Educação do Campo e integra o Programa de Pós-Graduação em Educação e o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, da Universidade de Brasília.

**Ayala Lindabeth Dias Ferreira:** Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (2005) e especialização em Residência Agrária/Proneira pela UFPA/Campus de Marabá (2012). Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), compõe a equipe pedagógica do Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico (IALA Amazônico). Atuando nesses espaços, acumulou experiência na educação popular e em sistemas produtivos no bioma amazônico (bioconstruções, criação de pequenos animais, produção de mudas nativas na Amazônia e apicultura).

**Bárbara Loureiro Borges:** É graduada em Engenharia Florestal pela Universidade de Brasília (UnB). Foi aluna do Curso de Especialização em Residência Agrária também da UnB. Possui formação e cursos na área de Agroecologia e Questão Agrária, e experiência em Extensão Rural, atuando em assentamentos e acampamentos de Reforma Agrária. Atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (UnB).

**Beatriz Casado Baidés:** Possui graduação em Antropologia Social y Cultural - Universidad Miguel Hernández (2007) e mestrado universitário em Desarrollo y Cooperación Internacional pelo Instituto HEGOA - Universidad del País Vasco (UPV-EHU) (2008). Foi Integrante da equipe de coordenação do curso de especialização em Residência Agrária da Universidade de Brasília (Proneira/CNPq/FUP) e atualmente é doutoranda do Programa de Doctorado en Estudios sobre Desarrollo do Instituto HEGOA - Universidad del País Vasco (UPV-EHU).

**Carla Tatiane Guindani:** Possui graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e mestrado em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

**Charlotte Emanuele da Silva Sousa:** Possui graduação em Agroecologia pelo Instituto Federal de Brasília (2013) e Pós-Graduação *Lato Sensu* em Residência Agrária com ênfase em Agroecologia pela Faculdade UnB Planaltina (2015). Linhas de pesquisa: gênero, raça, educação, teatro do oprimido.

**Clarice Aparecida dos Santos:** Graduada em Pedagogia pela Universidade de Ijuí/RS, mestra em Educação pela Universidade de Brasília (UnB) e doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Foi analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e, entre 2007 e 2015, foi Coordenadora-Geral de Educação do Campo e Cidadania, e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). É professora da Universidade de Brasília.

**Daniel Albiero:** Possui graduação em Engenharia Agrícola pela Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp (2001) e em Física pela Unicamp (1996), mestrado (2005) e doutorado (2009) em Engenharia Agrícola também pela Unicamp. Atualmente é bolsista de Produtividade Desen. Tec. e Extensão Inovadora do CNPq e Professor Adjunto de Máquinas e Energia na Agricultura da Universidade Federal do Ceará (UFC), Coordenador do Gemasa (Grupo de Pesquisas em Energia e Máquinas para a Agricultura do Semiárido) e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola da UFC (PPGEA-UFC).

**Daniel Mancio:** É professor do Departamento de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Tem graduação em Agronomia (2002) e mestrado em Solos e Nutrição de Plantas pela Universidade Federal de Viçosa (2008), além de especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário (2010) e doutorado em Produção Vegetal pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atua no curso de Educação do Campo, ministrando aulas de Questão Agrária, Agroecologia e Desenvolvimento Rural, e atua em projetos nas áreas de organização das áreas de Reforma Agrária e no desenvolvimento da agroecologia em assentamentos.

**Débora Franco Lerrer:** Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) e pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Foi coordenadora do Curso de Especializa-

ção em Residência Agrária da UFRRJ, onde atualmente é Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Desenvolve pesquisas em torno dos seguintes temas: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, questão agrária, agronegócio, mediações jornalísticas e educação superior no campo.

**Diana Mendes Cajado:** Possui graduação em Engenharia de Pesca (2010) e mestrado em Economia Rural (2013) pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e doutorado em andamento no Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC). É pesquisadora voluntária do Programa Residência Agrária. Tem experiência docente em graduação e pós-graduação nas áreas: economia e áreas afins, estágio supervisionado, orientação de trabalhos de conclusão de curso, metodologia do trabalho científico, gestão ambiental e áreas afins, além da experiência em projetos de extensão com ênfase em extensão rural.

**Dominique Michèle Perieto Guhur:** É graduada em Agronomia e mestra em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Trabalha com movimentos sociais desde 1999 nas áreas de agroecologia, educação popular, Educação do Campo, metodologia de pesquisa e economia política. Atualmente é integrante do Coletivo de Acompanhamento Político-Pedagógico da Escola Milton Santos, do Centro de Formação em Agroecologia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Paraná.

**Elenara Ribeiro da Silva:** Tem graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade de São Paulo (USP) e mestrado pelo Programa de Pós-Graduação Multiunidades em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade de Campinas (Unicamp). Tem experiência em elaboração, execução e acompanhamento de projetos relacionados à Formação, Pesquisa-Ação-Desenvolvimento, Educação Ambiental e Extensão Rural.

**Erika Macedo Moreira:** Graduada em Direito e mestra em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutora em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é professora da Universidade Federal de Goiás (UFG), coordenadora do Observatório Fundiário Goiano (Ofungo) e do Curso de Direito para beneficiários da Reforma Agrária e agricultores familiares (UFG/ INCRA-Pronera).

**Fábio Ramos Nunes:** Graduado em Administração pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Foi aluno do Curso de Especialização em Residência Agrária e atualmente é aluno do mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, ambos pela Universidade de Brasília (UnB).

**Fernando Michelotti:** É graduado em Engenharia Agrônoma (1993) pela Universidade de São Paulo (ESALQ-USP), mestre em Planejamento do Desenvolvimento Rural (2001) pela Universidade Federal do Pará (NAEA-UFPA) e

doutorando em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). É Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), vinculado ao Instituto de Estudos do Desenvolvimento Agrário e Regional. Coordenou o curso de especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia/Residência Agrária, em parceria com o IALA - Via Campesina.

**Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo:** É Professora Associada da Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. É professora/orientadora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC) e no Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da UFC. Coordenou o curso de especialização em Residência Agrária na Universidade Federal do Ceará e é membro da Comissão Pedagógica Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea).

**Geraldo José Gasparin:** É graduado em Filosofia e mestre em Desenvolvimento Territorial para a América Latina e Caribe do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI). Foi coordenador-geral da Escola Nacional Florestan Fernandes no período de 2006 a 2011.

**Haroldo de Souza:** Possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade de São Paulo (2000), mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (2010). É professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

**Ivana Leila Carvalho Fernandes:** É graduada em Pedagogia (2015) e Economia Doméstica (2005), especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo (2007) e mestra em Avaliação de Políticas Públicas (2013). Tem experiência na área de Desenvolvimento Rural, com ênfase em Políticas Públicas, Educação do Campo, Movimentos Sociais, Extensão Rural, Agroecologia e Relações de Gênero e Família. Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará (Prodema/UFC).

**Janaina Tude Sevá:** É bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF), tem mestrado e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Atualmente é professora do Curso de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG) e pesquisadora colaboradora do Observatório Fundiário Goiano (Ofungo/UFG).

**José Jonas Duarte da Costa:** Tem graduação em História e mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal da Paraíba, e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). É Professor Associado III do Departamento de História da UFPB e membro da Comissão Pedagógica Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). Coordenou o Programa de Residência Agrária - Processos Históricos e Inovações Tecnológicas no Semiárido, mediante parceria UFPB/Insa.

**José Maria Tardin:** Foi coordenador da Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA) e assessor pedagógico em cursos de Agroecologia em vários países da América Latina. Atua na formação em Agroecologia em escolas técnicas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, assessorando cursos de Especialização em Agroecologia em parceria com universidades e institutos de pesquisa.

**Josefa Adriana Leal dos Santos:** É graduada em Medicina (ELAN), tem Especialização em Residência Agrária pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e é integrante do Setor de Saúde do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Atualmente é servidora pública, exercendo a função de médica do Programa Saúde da Família em Simão Dias/SE.

**Karla Karolline de Jesus Abrantes:** Possui graduação em Economia Doméstica (2012) e mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (2015). Foi bolsista do Residência Agrária e têm publicações e estudos nas áreas de Economia Doméstica com enfoque nos temas de assentamentos rurais, segurança alimentar e nutricional, relações de gênero, mulheres rurais e agroecologia. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC).

**Laura Angélica Ferreira:** Possui graduação em Zootecnia pela Universidade Federal de Viçosa/MG (1993), mestrado em DEA ETES: Environnement, Temps, Espace et Société - Université D'Orléans (1994) e doutorado em Développement Rural et Système d'Élevage - Institut National Agronomique Paris-Grignon (2001). Atualmente é Professora Associada da Universidade Federal do Pará.

**Lígia Alves Viana:** É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (UECe) e mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará (Prodema/UFC). Atualmente é integrante do Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia (NEEPA), vinculado ao Programa Residência Agrária e Núcleo Tramas - Trabalho, Meio Ambiente e Saúde, ambos da Universidade Federal do Ceará (UFC).

**Luiz Henrique Gomes de Moura:** É Engenheiro Florestal formado na Universidade de Brasília (UnB), especialista em Agroecologia e mestre em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade

Federal de Goiás (UFG). Militante pela Reforma Agrária, tem realizado estudos e pesquisas nas áreas de agroecologia, soberania alimentar, questão agrária, questão ambiental e novas dinâmicas da acumulação capitalista. Integra o grupo de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais (UnB) e o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Geografia Agrária e Dinâmicas Territoriais (UFG).

**Marcela Medeiros de Castro:** Tem graduação em Educação do Campo e especialização em Residência Agrária pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É integrante da Federação de Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro e uma das Coordenadoras do Assentamento Celso Daniel - Macaé/RJ.

**Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa:** Graduado em Agronomia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), atuou no fortalecimento e na consolidação do Núcleo Interdisciplinar de Agroecologia e Educação do Campo (Naec) e do Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico (IALA Amazônico). Atualmente é mestrando do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

**Marco Antonio Ribeiro Baratto:** Tem graduação em Pedagogia, mestrado em Educação Ambiental e Educação do Campo e doutorado em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB). Participou da equipe pedagógica do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Residência Agrária (UnB/CNPq/Pronera) e da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).

**Maria Inês Escobar da Costa:** É professora da Universidade Federal do Cariri/UFCa, possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa - UFV/MG (2002) e mestrado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília - CDS/UnB (2006). Atualmente é doutoranda na Universidade de São Paulo - FEUSP/USP. Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Extensão Rural, Agroecologia e Educação do Campo, atuando principalmente nos seguintes temas: assentamentos rurais, Educação do Campo, meio ambiente e cultura. Atualmente é coordenadora da Especialização em Cultura Popular, Arte e Educação do Campo - Residência Agrária.

**Rafael Litvin Villas Bôas:** Graduado em Jornalismo (2001), mestre em Comunicação Social (2004) e doutor em Literatura (2009) pela Universidade de Brasília. Tem pós-doutorado em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade de São Paulo (2017). Integra os Programas de Pós-Graduação, mestrado Profissional em Artes (Profartes/UnB) e Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe. Coordena os grupos de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais, e Terra em Cena: teatro e audiovisual na Educação do Campo. É coordenador de Extensão da

Faculdade UnB Planaltina (FUP) e da Escola de Teatro Político e Vídeo Popular. Desenvolve pesquisas nas áreas de Estética e Política, Cultura, Identidade e Território, e as interfaces entre questão agrária e questão racial no Brasil.

**Ranielle Caroline de Sousa:** Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e mestrado em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é Professora Substituta da Universidade Federal de Goiás, advogada do Cerrado Assessoria Jurídica Popular e coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Inhumas/GO.

**Rita Fagundes:** É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2005), em Direito pela Universidade Paranaense (2004) e mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2010). Foi coordenadora pedagógica do curso de Pós-Graduação em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe e é integrante do Núcleo de Estudos e Vivências Agroecológicas (EVA-UFS), da Rede Sergipana de Agroecologia (Re-sea) e da Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia (Renda/CNPq). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

**Roseli Salete Caldart:** É graduada em Pedagogia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), mestra em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integra o Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e atualmente é assessora pedagógica do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra), além de coordenar o curso de Licenciatura em Educação do Campo, parceria Iterra-UnB-MEC.

**Sônia Barbosa Magalhães:** Possui graduação e mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutorado em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e em Sociologia pela Université Paris 13. Atualmente é professora da Universidade Federal do Pará, vinculada ao Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural.

**Tatiana Canuto Silva:** É nutricionista graduada pela Universidade Federal de Sergipe (2016). Participou das ações de Extensão do Eixo de Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional do curso de Especialização em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe. Atualmente é mestranda em Ciências da Nutrição pela Universidade Federal de Sergipe (2017-2019) e pós-graduanda (nível de Especialização) em Segurança Alimentar e Nutricional pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2016-2017).

ISBN 978-85-230-1208-3



9 788523 012083



UnB | CTEC

